

Camaçari, 28 de junho de 2011.

Concessionária Litoral Norte S/A- CLN

Brasil

Concessionária de Rodovias

Declaração de apoio contínuo ao Pacto Global

Ano de 2011

Pessoa para contato e cargo: Henrique José Diniz Gonçalves Filho– Diretor Presidente

Informações de contato: hdiniz@clnorte.com.br / Tel.: (71)3623-8005

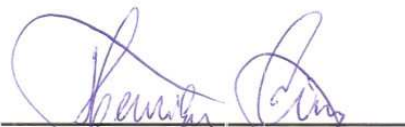
Data de envio: 28/06/2011

Outros links relevantes: www.invepar.com.br / www.clnorte.com.br

A Concessionária Litoral Norte S/A-CLN vem empenhando-se em atender aos princípios que regem o Pacto Global, compreendendo o importante papel como organização na contribuição para a construção da sociedade, buscando formas inclusivas de atendimento à mão de obra local, dispondo de condições dignas de trabalho, da prestação de serviço com competência e qualidade, de desenvolvimento sustentável de territórios, visando a transformação de espaços desarticulados, gerando coesão e capacidade de comprometimento coletivo.

Buscando prosseguir nesse objetivo, a CLN manifesta seu contínuo apoio ao Pacto Global e demais ações de responsabilidade social, seguindo sua trajetória com a certeza de que são muitas as possibilidades de contribuir para a transformação da sociedade bem como para a conquista de um futuro melhor, bastando para isto que todos adotem uma postura proativa e assumam de fato este compromisso.

Atenciosamente,


Henrique José Diniz G. Filho
Diretor Presidente

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL	COMPATIBILIZAÇÃO DAS AÇÕES
<p>Princípios de Direitos Humanos</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Respeitar e proteger os direitos humanos; 2. Impedir violações de direitos humanos; 	<p>Reeleita como membro integrante do Comitê de enfrentamento às violências sexuais contra crianças e adolescentes no Estado da Bahia, a CLN participa das ações previstas no plano de execução anual: campanha 18 de maio - dia nacional de luta contra o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, mobilização de entidades locais e usuários da Rodovia BA 099, estimulando a denúncia.</p> <p>Idealizado e patrocinado pela CLN, o projeto Movimento de Defesa dos Direitos infanto-juvenis na Costa dos Coqueiros, tem como objetivo, contribuir para a garantia dos direitos sexuais de crianças e adolescentes através de mobilizações para o debate sobre a problemática e articulação com a rede de parceiros locais e usuários da via para o engajamento à causa e o fortalecimento dos serviços de atendimento à população vitimizada. O CEDECA- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente da Bahia, instituição que executa o projeto, tem a responsabilidade técnica de aprofundar os conteúdos com os públicos comunitários mobilizados para ampliação do debate, informação sobre os mecanismos de defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes e procedimentos da denúncia em 10 encontros nos 06 municípios de abrangência: Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra no Estado da Bahia.</p> <p>Execução do projeto Jovemtur, que qualificou jovens em situação de vulnerabilidade social da região de Catu de Abrantes, Município de Camaçari, Bahia, para o mercado de trabalho do turismo, possibilitando inclusão social e geração de renda, com o objetivo de oportunizar capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho na cadeia produtiva do turismo jovens entre 17 e 29 anos da localidade de Catu de Abrantes, município de Camaçari/BA.</p> <p>O projeto ofereceu qualificação técnica aos jovens, propondo desenvolver competências transversais e oportunizou a educação profissional centrada no desenvolvimento de competências básicas necessárias para sua ascensão profissional no mundo do trabalho.</p> <p>Estabeleceu e acompanhou parcerias com o <i>trade</i> turístico da região para a possível inserção dos jovens;</p> <p>Fomentou o protagonismo juvenil, incentivando a atuação empreendedora individual e na comunidade.</p> <p>O projeto teve a participação de 54 jovens, tendo concluído 48.</p>



Princípios de Direitos do Trabalho

- 3. Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
- 4. Abolir o trabalho forçado;
- 5. Abolir o trabalho infantil;
- 6. Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;

A empresa dá total liberdade de associação sindical aos seus funcionários;

A empresa exige de fornecedores contratados, a não utilização em hipótese alguma de serviços forçados (trabalho escravo), responsabilizando-os, portanto, por qualquer ato ilícito também no que tange a esta questão.

Como também, a não utilização em hipótese alguma, nos serviços objeto dos contratos, mão-de-obra infantil, de forma não prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, responsabilizando-os portanto, por qualquer ato ilícito no que tange a esta questão, da mesma forma, não se envolver nem aceitar que seus fornecedores utilizem de mão-de-obra infantil e ainda, façam cumprir na íntegra o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente;

Repudia de maneira veemente qualquer tipo de discriminação social;

Os salários dos colaboradores em todas as funções não se diferenciam conforme gêneros;

Colaboradores afro descendentes exercendo cargos e ou funções de chefia/supervisão;

Aproximadamente 75 % dos colaboradores são afros descendentes;

Suas atividades estão em consonância aos ditames da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho e normas de segurança do trabalho.

A empresa desenvolve ações que estimulam qualidade de vida, auto-estima, valorização e reconhecimento do papel da Mulher, conforme ações desenvolvidas: comemoração do Dia Internacional da Mulher, realização de atividade de avaliação antropométrica e orientação nutricional, manutenção de Mural ilustrativo sobre Alerta Saúde com informações e orientações educativas sobre qualidade de vida.

Princípios de Proteção Ambiental

- 7. Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- 8. Promover a responsabilidade ambiental;
- 9. Encorajar tecnologias que não agredem o meio

A empresa cumpre atentamente as normas de legislação ambiental, e nas suas relações que estabelece, exige das contratadas, a responsabilização pelo cumprimento das leis e regulamentos pertinentes à proteção do meio ambiente, inclusive pela obtenção e manutenção válida de todas as licenças, autorizações e estudos exigidos para o pleno desenvolvimento de suas atividades, devendo adotar, ainda, as medidas e procedimentos cabíveis, a fim de afastar qualquer agressão, perigo ou risco de dano ao meio ambiente que possa



<p>ambiente.</p>	<p>ser causado pelas atividades que desenvolve, ainda que contratada ou delegadas a terceiros.</p> <p>A responsabilidade ambiental das empresas contratadas abrange todas as sanções e exigências contidas na Lei nº 9.605/98 de 12/12/1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências, além de outras leis ou atos normativos que tratam ou venham a tratar de matéria ambiental, desde que devidamente comprovado por meio de laudo técnico elaborado com o acompanhamento de um perito nomeado pelas contratantes.</p> <p>A responsabilidade das empresas contratadas, pelos danos ambientais causados ou originados durante a vigência do contrato e eventuais prorrogações, permanece ainda que seus efeitos sejam conhecidos ou ocorram após o encerramento do contrato.</p> <p>Coleta Seletiva e destinação dos resíduos descartáveis à Cooperativa de Catadores de Lauro de Freitas – CAELF</p> <p>Assento nos Conselhos Gestores das APAS (Áreas de Proteção Ambiental) Joanes/Ipitanga; Rio Capivara e Lagoas de Guajaruba, como membro titular, representante da iniciativa privada.</p> <p>Participação como membro titular na Comissão de Produção Orgânica da Bahia, iniciativa do MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária – Superintendência da Bahia</p> <p>Inserção de tecnologias limpas em projetos socioambientais, desenvolvidos nas comunidades localizadas ao longo da rodovia, com população em situação de vulnerabilidade social: Aproveitamento integral de alimentos/Reeducação alimentar, evitar o descarte e estimular a utilização de alimentos de baixo custo e de alto teor nutricional;</p> <p>Agro-ecologia e/ou agricultura orgânica: Implantação do Projeto Formação Empreendedora Sustentável em Artesanato, um projeto de iniciativa da CLN e APA Joanes/IPitanga em apoio à demanda apresentada pela Associação de Artesãos do Coco, Dendê e Cipó, desenvolvendo atividade de artesanato em movelaria.</p> <p>O projeto de Formação Empreendedora Sustentável em Artesanato tem o perfil de projeto socioambiental, visando a valorização do ser humano em seu ambiente e território, que por meio de ação de inovação procura adaptar as novas condições, reduzindo impactos negativos oriundos da ação do desenvolvimento.</p> <p>Previsto plano para ser construído nas oficinas participativas,</p>
------------------	--



que pretende integrar ações de inovação que direcionem a sustentabilidade ambiental ao trabalho realizado com matéria prima que se torna ambientalmente escassa, pela redução do espaço natural onde tem ocorrência as populações naturais de Dendezeiros e árvores de Paparaíba, sendo por isso previsto a criação de Plano Participativo de Sustentabilidade, com a introdução do uso de espécies de reflorestamento em substituição à madeira atualmente utilizada.

A comunidade do Sucupió tem apresentado evidências de vulnerabilidade social, e carece de intervenção mitigadora da degradação social decorrente da ociosidade. O aspecto inovador ao processo de produção pretende dar formação profissional ao grupo, e disposição para ação associativa na execução do Plano Participativo de Sustentabilidade, que pretende ser o redutor daquele quadro de degradação social e ambiental, oferecendo uma esperança na forma de oportunidade de trabalho. O aspecto ambiental visa promover a sustentabilidade da oferta de matéria prima para produção adequada ao tipo de produção por apresentar características ambientalmente adaptada.

A oportunidade de realizar essa ação de melhoria do processo produtivo e formação de profissionais na arte da movelaria artesanal, inovada por um Plano Participativo de Sustentabilidade, contendo aspectos de cidadania, economia solidária, designer e meio ambiente, foram identificados como necessários para a estruturação do associativismo já existente no local.

Justifica-se assim, que a realização desse projeto venha mitigar os impactos sociais e ambientais negativos, decorrentes do desenvolvimento que procede no Sucupió e região, onde já ocorre um processo de organização social, e que apresenta bom potencial de resposta positiva ao estímulo de inovação qualificando novos profissionais com conteúdo à sustentabilidade.